



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS/RN
CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA

CAMYL A MICAELY SILVEIRA PEIXOTO

**ITINERÁRIOS FORMATIVOS DE UMA ALUNA COM PARALISIA
CEREBRAL: UMA NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA DO PROCESSO
DE INCLUSÃO**

ANGICOS-RN

2020

CAMYLE MICAELY SILVEIRA PEIXOTO

**ITINERÁRIOS FORMATIVOS DE UMA ALUNA COM PARALISIA
CEREBRAL: UMA NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA DO PROCESSO
DE INCLUSÃO**

Monografia apresentada a Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como
requisito para obtenção do título de
Licenciada em Computação e Informática.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Franselma
Fernandes de Figueirêdo

.

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

P377i Peixoto, Camyla Micaely Silveira.
Itinerários formativos de uma aluna com
paralisia cerebral: uma narrativa autobiográfica
do processo de inclusão / Camyla Micaely
Silveira Peixoto. - 2020.
47 f. : il.

Orientador: Franselma Fernandes de Figueirêdo.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Computação e
Informática, 2020.

1. Inclusão. 2. Paralisia cerebral. 3.
Narrativa autobiográfica. 4. Ensino superior. 5.
Campus UFERSA/Angicos. I. Figueirêdo, Franselma
Fernandes de , orient. II. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

CAMYLA MICAELY SILVEIRA PEIXOTO

**ITINERÁRIOS FORMATIVOS DE UMA ALUNA COM PARALISIA
CEREBRAL: UMA NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA DO PROCESSO
DE INCLUSÃO**

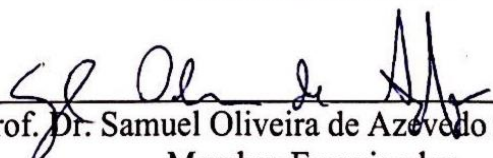
Monografia apresentada a Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como
requisito para obtenção do título de
Licenciada em Computação e Informática.

Defendida em: 12 / 02 / 2020.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Franselma Fernandes de Figueirêdo (UFERSA)
Presidente


Prof.^a Dr.^a Alessandra Miranda Mendes Soares (UFERSA)
Membro Examinador


Prof. Dr. Samuel Oliveira de Azevedo (UFERSA)
Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela força que o seu nome representa na minha vida ajudando nas minhas conquistas diárias.

Aos meus pais, por me darem apoio em todas minhas decisões, pelo incentivo e encorajamento, o que me faz ter mais força de vontade para lutar pelos meus objetivos de vida.

Aos meus avós maternos e paternos (*in memoriam*), que sonharam com esse momento da minha vida. Embora meus avós paternos tenham partido antes de me verem enfrentando os obstáculos da vida como adolescente e realizando os meus sonhos como adulta, sei que também estão felizes. Estendo também a toda minha família.

A Joabe, que entrou na minha vida, pela sua imensa compreensão, por me dar forças para que eu lute sempre pelo que quero e por me mostrar que posso ir mais além e superar meus obstáculos.

Aos meus amigos, que me acompanham desde o ensino básico de braços abertos e me acolheram sem nenhuma barreira: Larissa, Micaele, Luan, Talía, Diego, Margarida e Italo. Alguns desses, me ajudaram desde o ensino fundamental até o superior, os quais agradeço profundamente por sempre confiarem no meu potencial.

Aos meus colegas, Ranikelly, por me ajudar nas minhas atividades acadêmicas, Lígia e sua família, por ter me oferecido o apoio necessário para que eu continuasse na universidade e Marcone, pelas aulas que me ajudaram bastante nas atividades acadêmicas.

Em especial à João, a quem eu me socorria nos momentos mais complicados dessa etapa final, e que me deu muito suporte durante o trabalho de conclusão de curso. E aos amigos Weliton, Maria Clara e a José Roberto que me deram assistência e apoio.

A minha colega Daniele por sempre se deslocar do sitio para ir até meu encontro fazer os trabalhos em parceria comigo.

A Gabrielly Izaelly e Rosinha que me auxiliavam todos os dias no meu deslocamento no ônibus de Santana do Matos para Angicos.

A todos os amigos, colegas e parceiros que contribuíram para eu chegar até aqui.

A minha orientada Franselma Figueirêdo, por quem tenho grande admiração. Agradeço por sempre acreditar no meu potencial, embora muitas vezes eu não o perceba.

Aos professores, Alessandra Soares e Samuel, por terem me acolhido com a proposta do projeto UNIGUIA, atualmente em desenvolvimento.

Aos meus primeiros mestres: Tia Edineide (*in memoriam*), Tia Alifran, Tia Kívia, Tia Roseângela, Ana Íris, Lucinha, Margareth e Pacífico, por terem depositado confiança em mim, o suficiente para chegar onde cheguei.

A professora Ana Idalino, por me ajudar sempre que tive dúvidas sobre a inclusão.

O professor Edinho Rodrigues da área da Matemática que com suas didáticas e sua forma de aplicar suas provas mim ajudou bastante. Também por sua dedicação de mim preparar em outros horários para as provas que me escrevia fora da escola que estudava.

A professora de Língua Portuguesa Elza Leão por ter me preparado para fazer a parte do português das provas de institutos federais.

A tia Rosangela e tia Rose por terem me ensinado a ler e por ter me dado a oportunidade de estagiar nas suas turmas.

As orientadoras de estágios por depositar confiança no meu trabalho como estagiária nas escolas do Município onde resido.

Aos diretores das escolas municipais que me receberam e me daram suporte durante os estágios supervisionados.

A CAADIS, pelo auxílio dos bolsistas que me acompanharam na universidade, contribuindo com a minha permanência na UFERSA.

Sem a escuta das próprias pessoas que têm uma história concreta, real e única, pessoas que experimentem, no contexto em que vivem, as limitações impostas pelas deficiências, corremos o risco de nos enredarmos em pensamentos essencialistas que examinam a deficiência em si mesma, numa espécie de abstração teórica, distante do sujeito [...] suas falas é que devem nos orientar para que sejamos bem sucedidos nos esforços em prol da melhoria da qualidade de suas vidas.

(CARVALHO, 2008).

RESUMO

O ingresso de pessoas com deficiência nas Instituições de Ensino Superior é uma realidade presente no contexto educacional brasileiro e a chegada desses alunos com necessidades educativas especiais revela um contexto educacional que requer uma nova postura da universidade que se propõe inclusiva. Esse contexto revela a importância de discutir sobre a problemática do preparo estrutural e metodológico dessas instituições, para possibilitar uma inclusão alicerçada no respeito à pessoa com deficiência e, sobretudo, num ensino que promova oportunidades educacionais, sociais e profissionais diversas. Nesse contexto, o objetivo desse trabalho é narrar a história da inclusão escolar e universitária da primeira aluna Paralisia Cerebral do Campus UFRSA/Angicos, evidenciando a perspectiva do aluno com deficiência, do sujeito partícipe do processo. Trata-se de uma narrativa autobiográfica que parte das memórias da discente, do olhar de si como agente desse processo de inclusão, através da qual podemos compreender com mais profundidade o processo de inclusão de uma estudante com deficiência na escola e num curso de graduação em um campus de interior. A escrita desse trabalho evidenciou que a escola e a universidade foram os melhores ambientes de aprendizagem e superação, pois foi onde me desenvolvi intelectualmente e profissionalmente. Mas um dos maiores aprendizados foi de lidar com o preconceito que surgia de todas as formas, o que me fortalecia ainda mais na luta de conscientizar que a fragilidade de uma pessoa com Paralisia Cerebral está naquilo que os outros impõem.

Palavras-chave: Inclusão. Paralisia cerebral. Narrativa autobiográfica. Ensino superior. Campus UFRSA/Angicos.

ABSTRACT

The entry of people with disabilities in Institutions of Higher Education is a reality present in the Brazilian educational context and the arrival of these students with special educational needs reveals an educational context that requires a new attitude from the university that proposes to be inclusive. This context reveals the importance of discussing the issue of structural and methodological preparation of these institutions, to enable inclusion based on respect for people with disabilities and, above all, on teaching that promotes diverse educational, social and professional opportunities. In this context, the objective of this work is to narrate the history of school and university inclusion of the first student Cerebral Palsy at Campus UFERSA / Angicos, highlighting the perspective of the student with disabilities, of the subject participating in the process. This graduation work, is an autobiographical narrative that starts from the student's memories, from looking at herself as an agent of this inclusion process, through which we can understand in more depth the process of inclusion of a student with disabilities in school and in an undergraduate course in an indoor campus. The writing of this work showed that the school and the university were the best environments for learning and overcoming, as it was where I developed intellectually and professionally. But one of the greatest learnings was to deal with the prejudice that arose in every way, which strengthened me even more in the struggle to realize that the fragility of a person with Cerebral Palsy is in what others impose.

Keywords: Inclusion. Cerebral Palsy. Autobiographical Narrative. Higher Education. Campus UFERSA/Angicos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	I Encontro Encontro de Robótica Educacional do RN	33
Figura 2 -	II Encontro das Licenciaturas EaD UFERSA e I Congresso de Licenciaturas do Oeste Potiguar	33
Figura 3 -	III ERELIC Encontro Regional das Licenciaturas do Nordeste	34
Figura 4 -	Logomarca do projeto UNIGUIA	34
Figura 5 -	Oficina de campo para localização dos locais de instalação dos QR code	36
Figura 6 -	Reunião com os membros do projeto UNIGUIA	37
Figura 7 -	Reunião para construção do primeiro sino dos ventos	38
Figura 8 -	Oficina de campo para teste dos sinos dos ventos	38

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	HISTORIOGRAFANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	14
3	MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA DE OBSTÁCULOS E CONQUISTAS	20
4	A VIDA ACADÊMICA	27
	4.1 O curso de Licenciatura e Informática: trajetória	27
	4.2 Os saberes acadêmicos em perspectiva	32
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

O ingresso de pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior, públicas e privadas, é uma realidade presente no contexto educacional brasileiro. A chegada desses alunos com necessidades educativas especiais às universidades públicas revela um contexto educacional que requer uma nova postura da universidade no tocante aos aspectos educacionais desse alunado. Amplia-se, portanto, o debate em torno das questões que envolvem o acesso e a permanência das pessoas com necessidades educativas especiais nas universidades, especialmente no tocante aos subsídios que garantam condições adequadas para a continuidade e conclusão do curso de graduação ou pós-graduação.

Com a expansão das universidades públicas brasileiras através do Programa de Reestruturação e Expansão das Instituições Federais de Ensino (REUNI), a necessidade de discussão desse tema se ampliou e adentrou os campus instalados em diferentes cidades brasileiras, a exemplo da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), sediada em Mossoró-RN e com campus na cidade de Angicos, Caraúbas e Pau dos Ferros (RN).

O campus de Angicos, que atualmente oferta cursos de graduação em Bacharelado em Ciência e Tecnologia, Bacharelado em Sistemas de Informação, Licenciatura em Computação e Informática, Engenharia Civil, Engenharia de Produção e Pedagogia, recebeu, no ano de 2016, a primeira aluna com deficiência no curso de Licenciatura em Computação e Informática, que ingressou através do Sistema de Seleção Unificada (SISU).

O Curso de Licenciatura em Computação e Informática (LCI), que se constitui enquanto espaço de construção de conhecimentos sobre os saberes da Ciência da Computação, interligados aos saberes da Ciência da Educação, busca a produção de conhecimentos capazes de transformar a realidade dominante em uma nova realidade complexa complementar necessária ao desenvolvimento do seu discente e futuro profissional. Assim sendo, vemos com os avanços das novas tecnologias que esse curso se torna cada vez mais importante para nosso convívio cotidiano trazendo inovações para o ensino.

O curso LCI está estabelecido por vários campos da redondeza do polo de Mossoró/RN e essas universidades oferecem os cursos em modalidades tanto presencial como à distância. Para o aluno concluir o curso ele deverá ter mínimo o

total de 3200 horas da participação acadêmica, na página da UFERSA é mostrado que dentro dessa carga horária estão compreendidas: 400 horas de prática como componente curricular optativo; 400 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado; 2.200 horas dedicadas às atividades formativas estruturadas e 200 horas de atividades teórico-práticas.

No mercado de trabalho o curso abrange os espaços educacionais em suas diferentes formas, como: professor no ensino fundamental e no médio, desenvolvedor de material didático, organizador e administrador de laboratórios de informática, pesquisador em tecnologia na área da Informática, em desenvolvimento de software, na elaboração e participação de projetos na área de Ensino a Distância e etc.

É nesse contexto que se inscreve esse Trabalho de Conclusão de Curso, cujo objetivo é narrar a história da inclusão escolar e universitária da primeira aluna com Paralisia Cerebral do Campus UFERSA/ Angicos, evidenciando a perspectiva do aluno com deficiência, do sujeito partícipe do processo. Essa narrativa, que parte das memórias da discente, do olhar de si como agente desse processo de inclusão é desafiadora, mas necessária, pois, a partir da mesma, poderemos compreender com mais profundidade o processo de inclusão de uma estudante com deficiência num curso de graduação em um campus de interior. Certamente, as memórias registradas serão fontes iniciais para esse processo reflexivo que se revelará.

Nessa perspectiva, esse Trabalho de Conclusão de Curso utiliza-se do gênero textual memorial de formação, uma escrita autobiográfica na qual será evidenciada minha trajetória de formação escolar e universitária permitindo, portanto, aquilo que Passeggi (2011) considera como a inserção da minha história na história da instituição que serve de cenário à escrita. É importante ressaltar que um memorial não se limita a falar propriamente de si (do narrador), mas busca, sobretudo, compreender como as experiências, fatos e acontecimentos contribuíram para a formação desse sujeito/narrador de si.

A história das pessoas com deficiência não é fácil, e eu vivenciei e posso testemunhar isso. É uma história marcada por desafios, conquistas e superações que devem ser registradas para fazerem parte da história da inclusão das pessoas com deficiência. No nosso caso, da inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior, especificamente no campus do interior.

Nesse aspecto, o Trabalho de Conclusão de Curso proposto contribuirá para tomada de consciência de que a deficiência não é sinônimo de incapacidade, pois

quando a sociedade fornece meios que contornam os obstáculos da deficiência, uma pessoa com necessidades especiais consegue exercer uma vida ativa e produtiva como qualquer outro cidadão. Assim sendo, construiremos, ancorados na perspectiva da História de Vida em Formação (JOSSO, 2010), um memorial de formação que pretende se constituir, sobretudo, num registro da luta de uma pessoa com deficiência e sua trajetória formativa e de superação dos obstáculos impostos pela sociedade ou pelas limitações físicas.

Além desta introdução, o trabalho se organiza em três capítulos e as considerações finais.

No capítulo um, “Historiografando a educação inclusiva”, é feito um resgate histórico dos principais momentos históricos sobre as pessoas com deficiência e a evolução da integração destas nos campos social, trabalhista, educacional e político.

No capítulo dois, “Memórias de uma trajetória de obstáculos e conquistas”, é feito o relato sobre a vivência de uma aluna com paralisia cerebral, ao longo da sua vida estudantil. Neste capítulo também são apresentados os desafios e conquistas que foram superados e alcançados pela narradora na sua trajetória escolar.

No capítulo três, “A vida acadêmica”, é o momento de narrar sobre minha trajetória pelo curso de Licenciatura em Computação e Informática, refletindo sobre os desafios e superações enfrentados ao longo deste curso de licenciatura. Este capítulo traz ainda uma reflexão em torno da inclusão no ensino superior e apresenta as perspectivas formativas e profissionais da narradora.

Nas considerações finais foram tecidas reflexões sobre a importância formativa da narrativa autobiográfica em pauta e sua contribuição para a história da educação inclusiva em espaços educativos da educação básica e do ensino superior.

2 HISTORIOGRAFANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A história anuncia que as pessoas com deficiência nem sempre tiveram as oportunidades que têm nos dias atuais. Na Grécia Antiga as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência nem chegavam a conviver com a própria família ou em sociedade porque eram conhecidas como coisas malignas, que não eram enviadas por Deus, ou mesmo como uma máquina defeituosa que não se enquadra nos modelos da época e por isso eram abandonados à espera da morte.

Nesse contexto, podemos citar como exemplo, Esparta, onde havia uma comissão oficial que determinava quais crianças deveriam sobreviver e tornar-se um espartano. Conforme menciona Dicher e Trevisan (2017, p. 259), “[...] se o bebê fosse considerado feio, disforme e franzino, os próprios anciãos se encarregaram do sacrifício”.

Já na cultura egípcia esse tratamento mudava aos poucos, e as pessoas com deficiência já não eram reconhecidas como aberrações, pois o povo dessa época era caridoso, ofertava empregos para essas pessoas apesar desses trabalhos muitas vezes serem motivo de risos para algumas pessoas e, embora o imaginário do povo egípcio cultivasse a crença de que as deficiências, tanto físicas como as intelectuais, eram contagiosas, as pessoas com deficiência começaram pouco a pouco a viver em sociedade.

Vale ressaltar que na cultura egípcia era comum as pessoas ficarem cegas devido às tempestades de areia e com isso aumentava o número de pessoas com deficiência e sua consequente valorização. Tendo isso em vista essa realidade, a civilização egípcia era conhecida como a terra dos cegos em virtude da situação do que era comum acontecer na época. Além disso, o fato da cultura egípcia manter a tradição de casamentos entre familiares (inclusive entre irmãos), especialmente para preservar o nome das famílias reais, contribuía para o nascimento de pessoas com deficiência.

A história aponta que na Roma Antiga, as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência eram sacrificadas ou eram abandonadas até a morte, e os que sobreviviam, viviam de explorações e usados em circos para motivos de entretenimento aos homens ricos. Já no cristianismo ainda no período do Império Romano os preconceitos dessas pessoas foram pouco a pouco sendo combatidos de modo que as pessoas com deficiência passaram a ter um tratamento melhor devido

os povos mais caridosos. Portanto, nesse período do Cristianismo aconteceram mudanças significativas na forma pela qual as pessoas com deficiência eram vistas pela sociedade.

Foi nesse período que começaram a surgir os primeiros hospitais caridosos que passaram a abrigar os indigentes e as pessoas com limitações especiais, embora a Igreja Católica continuava afirmando a impossibilidade de que eles atuassem como padres. Segundo Silva (1987, p.166)

[...] nos chamados Cânones Apostolorum, cuja antiguidade exata todos desconhecem e que, no entanto, foram elaborados no correr dos três primeiros séculos da Era Cristã, [...] existiam restrições claras ao sacerdócio para aqueles candidatos que tinham certas mutilações ou deformidades.

É importante ressaltar que, ao mesmo tempo em que aconteciam avanços no tratamento em relação às pessoas com deficiência, ainda não tinha uma sociedade que compreendia as pessoas com igualdade e as incapacidades físicas, os sérios problemas mentais e as malformações eram consideradas, quase sempre, como sinais da ira divina, “castigo de Deus”.

Desse modo, a própria Igreja Católica adotou comportamentos discriminatórios e de perseguição, substituindo a caridade pela rejeição àqueles que fugiam de um padrão de normalidade. Entre os séculos XV e XVII, ocorreu uma vagarosa mudança na conjuntura sociocultural, cujas marcas principais foram o reconhecimento do valor humano, o avanço da ciência e a libertação quanto a dogmas e credices típicas da Idade Média. O homem deixou de ser um escravo dos poderes naturais ou da ira divina. Esse novo modo de pensar, revolucionário sob muitos aspectos, “[...] alteraria a vida do homem menos privilegiado também, ou seja, a imensa legião de pobres, dos enfermos, enfim, dos marginalizados. E dentre eles, sempre e sem sombra de dúvidas, os portadores de problemas físicos, sensoriais ou mentais” (SILVA, 1987, p. 226).

A partir do século XVIII com os avanços das ciências modernas, a deficiência passou a ser vista sob uma nova perspectiva, tendo em vista que passou a ser reconhecida como um problema médico e não mais como fatores espirituais. Sendo assim, apareceram os primeiros tratamentos médicos em hospitais psiquiátricos que acolhiam todas as pessoas consideradas com algum tipo de deficiência, tanto as que eram tidas como doentes e também as que estivessem incomodando a sociedade.

Observa-se, portanto, que a partir do século XVIII as pessoas começaram a propor medidas de melhoria em relação os atendimentos das pessoas com deficiência, embora nem todos que faziam parte da sociedade tivessem a mesma visão e alguns continuassem a tratar as pessoas com deficiência como incapacitados, limitando seus espaços na sociedade.

No século XIX, período em que vigoraram os reflexos das ideias humanistas da Revolução Francesa percebeu-se que as pessoas com deficiência não só precisavam de hospitais e abrigos, mas também de atenção especializada. E foi nesse contexto que surgiu a preocupação de conhecer cada tipo de deficiência e que Louis Braille (1809-1852) criou um sistema de escrita “BRAILLE” usado por pessoas cegas até os dias atuais.

No Brasil, assim como em outras regiões do mundo, as pessoas com deficiência passavam a ter um espaço próprio, fruto das preocupações advindas da necessidade de atenção especializada. E foi nesse século XIX, que surgiram as primeiras instituições para pessoas com deficiência: O Instituto dos Meninos Cegos (Criado em 1854, pelo decreto n. 1.428, de 12 de setembro) e o Instituto dos Meninos Surdos e Mudos (inaugurado em 1º de janeiro de 1856 como instituição de caráter privado). Entretanto essas instituições não tinham a preocupação de proporcionar a inserção dos deficientes na sociedade, na grande maioria das vezes funcionavam de forma precária e serviam apenas como “depósito” contribuindo cada vez mais com a grande segregação da época, pois eram,

[...] caracterizadas por uma visão social caridosa e assistencialista, que lhes conferiam um mínimo de dignidade através de práticas de favor e boa vontade. Isso significa dizer que, a garantia de uma melhor condição de vida ou o acesso a um bem se dava por meio de doação, mantendo as pessoas com deficiência como necessitadas e dependentes. (OLIVEIRA, 2010, p. 31).

No início do século XX as escolas públicas do Rio de Janeiro e São Paulo sinalizaram avanços na perspectiva de acolher as pessoas com deficiência e começaram, em 1906, a receber os alunos com deficiência intelectual na maioria das escolas públicas. Mesmo com tal iniciativa, nessas escolas a educação especial “[...] tinha como objetivo central a cura e a reabilitação, ao invés da construção do conhecimento, e, ao inserir esse alunado nas escolas procuravam assegurar que não iria atrapalhar o andamento da classe” (OLIVEIRA, 2010, p. 32).

Posteriormente, por volta de 1931 a 1932, aconteceram as primeiras iniciativas dos atendimentos especializados às pessoas com deficiência física no estado de São Paulo, na escola Mista do Pavilhão Fernandinho da Santa Casa de Misericórdia, com salas adequadas para receber esse público. No ano 1932 a psicóloga e pedagoga Helena Antipoff, fundou, em Belo Horizonte, a primeira sociedade Pestalozzi do país, motivando, posteriormente, a criação do Instituto Pestalozzi de Belo Horizonte (1935), expandindo-se para Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Após algumas décadas, por cerca do ano de 1982, funcionavam, no estado do Rio de Janeiro, mais ou menos 10 classes especiais que, segundo Oliveira (2010. p. 32), eram “[...] classificadas administrativamente como escolas isoladas”. Essas turmas, nas quais o professor dava atendimento individualizado ao aluno, funcionavam como classes hospitalares e por essa razão percebia os alunos apenas como pacientes hospitalares em reabilitação, não como alunos.

A política educacional brasileira na década de 80 teve como meta a democratização e expansão do ensino, dando oportunidade de acesso à escola pública. E nesse contexto, a educação de crianças com deficiência ganhou força com movimentos nacionais de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, ampliando as possibilidades de integração nas escolas e, sobretudo, garantindo os direitos a igualdade e a justiça social.

Podemos afirmar que o Brasil fez a opção por um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e ao mostrar consonância com os postulados produzidos em Salamanca (Espanha, 1994) na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade. Desde tal concordância, são significativos os avanços no tocante à educação inclusiva, sinalizados partir da Lei de Diretrizes de Bases de Educação Nacional Nº 9.394/6, de 20 de dezembro de 1996.

Conforme podemos perceber, o século XX é depositário de avanços significativos no campo da educação inclusiva, assegurando, o que defende a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) quando afirma, nos seus dois primeiros artigos, os grandes princípios que sustentam até hoje a ideia de direitos humanos: liberdade, igualdade, fraternidade e diversidade.

Art.1 - Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. Art. 2 §1 - Todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição. (DECLARAÇÃO..., 1948, p. 4-5).

Os direitos humanos, que são universais e se aplicam a todos os homens e todas as mulheres, são interdependentes e indivisíveis. Dessa maneira, todos devem ter acesso à educação.

É nesse cenário de igualdade de direitos, que a educação inclusiva se configura como detentora daquilo que defende a Declaração Universal dos Direitos Humanos. No contexto atual, a educação inclusiva reconhece a diferença como instrumento valioso para crescimento da coletividade e, conseqüentemente, da educação e da sociedade. Assim sendo,

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional que está fundamentado na concepção de direitos humanos que considera a diferença e igualdade de valores indissociáveis. O aluno precisa ser aceito, acolhido, respeitado e, para garantir de fato a inclusão é necessário conhecer e compreender as leis que garantem a matrícula, a permanência e o ensino diferenciado e de qualidade. Assim como há a necessidade da capacitação desses professores para atender esses alunos e mudar as atitudes negativas promovendo de fato a inclusão. (FERREIRA, 2011, p..13).

Compreendemos, portanto, que incluir está muito além de aceitar as diferenças, tendo em vista que é fundamental, por parte das pessoas envolvidas no processo, formação adequada e engajamento. No tocante aos professores, agentes fundamentais no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência, é necessário uma compreensão pedagógica acurada, pois

Na perspectiva inclusiva e de uma escola de qualidade, os professores não podem duvidar das possibilidades de aprendizagem dos alunos, nem prever quando esses alunos irão aprender. A deficiência de um aluno também não é motivo para que o professor deixe de proporcionar-lhe o melhor das práticas de ensino e, ainda, não justifica um ensino à parte, individualizado, com atividades que discriminam e que se dizem 'adaptadas' às possibilidades de entendimento de alguns. Ele deve partir da capacidade de aprender desses e dos demais alunos, levando em consideração a pluralidade das manifestações intelectuais. (MACHADO, 2008, p. 72-73).

A perspectiva da educação inclusiva também requer da família uma parceria colaborativa que se estende além das relações familiares e adentram na escola.

Desse modo, a união da família e da escola torna-se fundamental para a oferta de um ensino de qualidade, que possa incluir e formar o aluno com deficiência.

Mantoan (2001) reforça que a inclusão passa por uma mudança no modo de vermos o outro, de agirmos para que todos tenham seus direitos respeitados. E o âmbito da educação inclusiva respeitar a criança com deficiência implica não somente em admitir sua matrícula para cumprir o que está determinado na lei, mas, sobretudo, oferecer possibilidades metodológicas de ensino e aprendizagem e serviços complementares – como a sala de recursos. E mais, é necessário que os educadores sejam capazes de rever posturas e, acima de tudo, construir uma nova filosofia educativa onde os valores humanos e educacionais sejam igualitariamente preservados e respeitados.

Esse propósito perpassa o que está inscrito nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial para a educação básica, que visam incorporar à educação inclusiva com seus fundamentos, princípios para desenvolver uma política educacional na qual a inclusão seja vista como garantia de inserção social e educativa. Nessas Diretrizes,

A construção de uma sociedade inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção de um Estado democrático. Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que dever estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, com todas as dimensões da vida. [...] Como parte integrante desse processo e contribuição essencial para a determinação de seus rumos, encontra-se a inclusão educacional. (BRASIL, 2001, p. 22).

Nesse contexto, para atender aos propósitos de uma educação inclusiva, a escola necessita, acima de tudo, construir a cidadania por meio do acesso ao conhecimento e à diversidade, garantindo aos seus alunos a possibilidade de desenvolver aquelas habilidades de que eles necessitam para ultrapassar as barreiras impostas por suas limitações físicas e/ou mentais.

3 MEMÓRIAS DE UMA TRAJETÓRIA DE OBSTÁCULOS E CONQUISTAS

Sou Camyla Micaely Silveira Peixoto, nasci dia 04 de setembro de 1996 e, ao completar um ano de idade, fui diagnosticada com paralisia cerebral, que resulta de uma lesão ou mau desenvolvimento do cérebro, de caráter não progressivo.

O diagnóstico da paralisia cerebral requereu dos meus pais uma nova logística familiar, tendo em vista que passei a ter acompanhamento, por três anos, no hospital de reabilitação neurológica e ortopédica Sarah Kubitschek, em São Luís – MA, pois nesse período tinha grande dificuldade para andar e sustentar o pescoço.

A paralisia cerebral trouxe comprometimentos para minha coordenação motora e fonoaudiológica, dificultando meu andar e minha fala, e ainda comprometendo a desenvoltura de algumas atividades cotidianas como colocar comida no prato, pentear o cabelo, vestir-se, escrever com lápis e algumas ações relacionadas à higiene pessoal, tendo em vista que

A paralisia cerebral descreve um grupo de desordens permanentes do desenvolvimento do movimento e postura atribuído a um distúrbio não progressivo que ocorre durante o desenvolvimento do cérebro fetal ou infantil, podendo contribuir para limitações no perfil de funcionalidade da pessoa. A desordem motora na paralisia cerebral pode ser acompanhada por distúrbios sensoriais, perceptivos, cognitivos, de comunicação e comportamental [...] e por problemas musculoesqueléticos secundários. (ROSENBAUM *et al*, 2007 *apud* BRASIL, 2013, p. 10).

Contudo, as consequentes limitações motoras e fonoaudiológicas não foram empecilho para minha inserção no contexto escolar, ainda aos 4 anos de idade, numa escola privada chamada Ilca de Fátima, localizada na cidade onde resido, Santana do Matos. Nessa escola, fui matriculada no maternal, mas tive dificuldade de adaptação, pois ainda não tinha o equilíbrio como as outras crianças e, por essa razão, precisei do auxílio de uma cadeira adaptada, tendo em vista que não sentava e nem conseguia ficar em pé. Essas limitações certamente exigiam da professora uma maior atenção comigo e, consequentemente, requeria mudanças nas estratégias metodológicas, necessárias para meu processo de aprendizagem.

Basil (2004, p. 224) destaca a importância de adaptação dos instrumentos educacionais para as crianças com deficiência motora, tendo em vista que essa adaptação garante “[...] o desenvolvimento máximo de suas capacidades para poder

ter uma vida de relação e um aproveitamento de seu tempo de trabalho e de lazer o mais rico, adaptado e feliz .” Nessa perspectiva,

Os recursos [pedagógicos] podem ser considerados ajudas, apoio e também meios utilizados para alcançar um determinado objetivo; são ações, práticas educacionais ou material didático projetado para propiciar a participação autônoma do aluno com deficiência no seu percurso escolar. (SARTORETT; BERSCH, 2010, p. 8).

Quando completei cinco anos fui estudar na escola Educandário Senhora Santa’Ana, onde comecei dar os primeiros passos, motivo de muita felicidade para meus pais. Minha maior dificuldade na época era de pegar no lápis, mas com ajuda dos professores consegui realizar todas minhas tarefas e conviver como os demais alunos da turma. Nessa escola, onde cursei jardim I (2001), II (2002) e alfabetização (2003), a cada dia me desenvolvia mais, participava das atividades e eventos, entre eles, da festa de formatura da alfabetização.

A chegada ao ensino fundamental I (2004), ainda na mesma escola, trouxe consigo alguns desafios, pois passei a vivenciar novas metodologias de trabalho, entre elas os trabalhos em grupo, momentos que me trouxeram novas experiências de interação com os colegas da turma. Nesse novo contexto educacional passei a vivenciar a avaliação através de provas, momento em que tive a oportunidade de discutir com as professoras minhas dúvidas e, com isso, avançar no processo de aprendizagem. A cada novo desafio, eu me esforçava ainda mais, sempre buscando me superar, dar o melhor de mim, buscar ampliar minhas possibilidades formativas.

Durante o ano de 2006, momento em que eu cursava a terceira série, foi aprovada a Lei Federal nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que ampliou o Ensino Fundamental para nove anos de duração, com a matrícula de crianças de seis anos de idade e prazo de implantação, pelos sistemas, até 2010. Certamente esse acontecimento demandou um novo contexto, no qual o processo de ensino e aprendizagem teve ressignificações.

Considero que naquele contexto de ensino e aprendizagem do Ensino Fundamental I, agora anos iniciais do Ensino Fundamental, de acordo com a nova nomenclatura, existiram momentos em que eu possa ter agido de maneira inadequada e não ofertado o empenho suficiente para meu avanço na aprendizagem dos conteúdos escolares, deixando que outras pessoas desenvolvessem tarefas da minha competência. E foi também nesse ano de 2006 que, em virtude do meu baixo

rendimento escolar, uma dúvida passou a me inquietar: Será que eu realmente estava apta a avançar para o próximo ano?

Esse baixo rendimento escolar fez com que a professora tivesse dúvidas sobre como intervir no meu processo de escolarização, levando-a a consultar a diretora da escola e meus pais sobre a possibilidade que me aprovar ou não, pois o rendimento apresentado pelas minhas notas demonstrava que eu não estava preparada para avançar no nível de escolaridade.

Posta tal realidade, a professora levantou o questionamento sobre a possibilidade de me manter na mesma série ou avançar para a próxima, mesmo sem ter alcançado o rendimento desejado. Meus pais compreenderam que a melhor decisão naquele momento era que eu permanecesse na mesma série, a fim de reforçar os conhecimentos dos conteúdos escolares necessários para a continuidade formativa no espaço escolar, de modo que eu cursei, mais uma vez, a terceira série, denominada de terceiro ano a partir de 2007, momento em que eu era repetente naquele nível de escolaridade.

Naquele período, a decisão me deixou muito triste, tendo em vista que eu não iria continuar com a mesma turma. Hoje, com as novas experiências formativas adquiridas em um curso superior de licenciatura, compreendo que essa decisão foi acertada, pois tive oportunidade de adquirir os conhecimentos necessários para avançar no meu processo de formação com mais autonomia.

Aquele período do Ensino Fundamental I foi um período desafiador, tendo em vista a dificuldade metodológica em relação ao meu processo de ensino e aprendizagem. Mas, mesmo em meio a essa e outras dificuldades, superadas na medida do possível, me mantive vigilante no meu objetivo e alcancei o rendimento necessário para avançar para o Ensino fundamental II.

Iniciei o Ensino fundamental II na escola Osvágrio Rodrigues de Carvalho, no ano de 2009. E a minha adaptação não foi fácil, principalmente pelo fato de que eu não queria estudar lá, tendo em vista que meus colegas estavam frequentando outra escola. Além disso, embora os novos colegas de sala estivessem dispostos a me auxiliar, sofri preconceito de um colega de sala, fato que me apresentou mais uma face desafiadora na minha trajetória de inclusão escolar.

A dinâmica do preconceito é complexa e seu estudo mostra que o preconceito depende e independe de sua vítima. Ou seja, o preconceito depende do objeto porque existe algo neste que desperta no preconceituoso o seu

preconceito. O objeto deve ser de alguma forma um representante da fragilidade, da felicidade sem poder. (NUNES; SAIA; TAVARES, 2015, p. 1111).

A atitude preconceituosa daquele colega de sala aumentou ainda mais meu desejo de estudar na mesma escola onde estavam meus antigos colegas, que haviam me acompanhado no Educandário Senhora Santa'Ana. Mas, mesmo em meio a essa e outras adversidades vivenciadas na escola Osvágrio Rodrigues de Carvalho, tive surpresas agradáveis e, quando cheguei ao sétimo ano, já não desejava frequentar outra escola, pois havia me tornado amiga de três pessoas importantes para minha trajetória de vida e que me auxiliaram muito.

No decorrer dos anos nessa escola, tive a oportunidade de realizar vários trabalhos com colegas e professores, entre eles: apresentações de peças culturais, peças de conto de fadas e trabalhos cotidianos com o auxílio de tecnologias educacionais como o slide. A aquisição de novos conhecimentos nessa escola foi ampliando minhas perspectivas educacionais que contribuíram para escolhas futuras na minha formação educativa e profissional.

No sétimo passei a ter aula de matemática com um professor que nos acompanhou até o nono ano. Durante esse percurso tive a oportunidade participar de uma prova das olimpíadas de matemática, um projeto criado para estimular o estudo da disciplina de Matemática tanto para alunos como para os professores do Brasil.

Com a minha dedicação, juntamente com a do professor que ensinava tanto na escola como nas aulas de reforço e a alguns alunos da nossa turma, consegui, no ano em que participei das olimpíadas, passar nas duas primeiras fases em primeiro lugar. Esse resultado nos deixou felizes, tendo em vista que tinha vários outros estudantes concorrendo, mas nessa época somente eu fui a representante do município de Santana do Matos.

Ter a oportunidade de participar de uma olimpíada concorrendo com alunos que não tinham nenhum tipo de deficiência foi um momento importante para minha trajetória formativa, tanto na perspectiva cognitiva quanto na inclusiva. O olhar sobre a pessoa com deficiência quando lançado sob a perspectiva da igualdade, de possibilitar oportunidades iguais, torna-se inclusivo. Ferreira e Vicenti (2017) lembram que para “[...] assegurar a igualdade de oportunidades é preciso que cada escola reflita e planeje de forma conjunta sua ação educacional mais adequada a sua

diversidade [...]”. Nessa perspectiva, Blanco (2004 *apud* FERREIRA; VICENTI, 2017, p. 16) ressalta a importância do

[...] papel fundamental da escola e profissionais e a adaptação curricular para um ensino que atenda toda a diversidade escolar. Pois, [...] um currículo aberto e flexível é condição fundamental para responder à diversidade, já que permite tomar decisões refletidas e ajustadas às diferentes realidades sociais, culturais e individuais, mas não é uma condição suficiente.

Após minha participação das Olimpíadas de Matemática – momento significativo no meu processo de formação – participei de um concurso de redação realizado entre os alunos das escolas municipais e recebi o prêmio de melhor redação, com o tema “história da minha vida”. Nesse período em que já cursava o oitavo ano, também participei do primeiro campeonato dos jogos interclasse.

Embora o ambiente familiar me propiciasse segurança e respeito com as minhas limitações físicas, a escola ainda se mostrava, em alguns contextos, um lugar com entraves e por vezes, falta de empatia. No oitavo ano, quando já acreditava que não vivenciaria outra atitude preconceituosa naquela escola, me surpreendi. No período das festas juninas me senti diferente e excluída quando não pude fazer parte da quadrilha, uma apresentação cultural que fazia parte das festividades escolares, pois fui excluída por colegas que não aceitaram dançar comigo. E essa atitude foi estranha para mim, pois, os mesmos colegas que em outros momentos contribuíam para minha inclusão nas atividades cotidianas da escola haviam me excluído nesse momento.

Contudo isso não foi motivo para me fazer desistir, fui até a diretora conversei com ela e pedi a permissão para dançar com alguém fora da escola, que poderia ser o meu pai ou um amigo, que certamente não fariam recusa ao meu pedido.

Resolvi que chamaria um amigo e fui até a casa dele para fazer o convite. Explicada a situação de recusa dos meus amigos de escola e feito o convite, meu amigo, por estar em processo de preparação para as provas do IFRN ficou em dúvida, temendo que os ensaios cotidianos para a apresentação da quadrilha o atrapalhassem no processo. Entretanto, sua mãe interviu na decisão, aconselhando-o a aceitar o convite para dançar comigo. Com isso senti que ainda existem pessoas acolhedoras e amigas que, mesmo com algum tempo de afastamento por causa da mudança de escola, quando eu precisava estavam ali a me apoiar.

Quando chegamos ao nono ano e último ano nessa escola eu, juntamente com a turma, fomos nos preparando para a prova do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Esse período de preparação requereu de nós maior dedicação, e por isso formamos um grupo de estudo com encontros na escola ou mesmo na casa dos integrantes. Embora não tenha obtido êxito nos exames para ingresso no IFRN, esse ano foi muito importante para meu aprendizado dos conteúdos escolares e para fortalecer minhas sociabilidades com o grupo de estudos.

Naquele ano, outro aspecto importante para minha formação foi a oportunidade de vivenciar estratégias metodológicas diversificadas como a criação e montagem de peças de teatro e seminários. Essas estratégias contribuíram muito para meu processo de aprendizagem, especialmente quando, em uma das peças, que tratava da história das pessoas com deficiência atuei como protagonista.

Participar de uma peça como protagonista foi um momento muito importante para minha história de vida, pois tive a oportunidade de compartilhar com outras pessoas as experiências e desafios de uma pessoa com deficiência. Este momento de troca certamente foi muito importante para todos os envolvidos, pois estávamos contribuindo para uma discussão muito mais ampla: a inclusão de pessoas com deficiência no âmbito escolar, social e familiar.

Esta atividade cultural promovida pela escola reforça o que está posto Estatuto da Pessoa com Deficiência:

Art. 43. O poder público deve promover a participação da pessoa com deficiência em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, com vistas ao seu protagonismo, devendo:

I – Incentivar a provisão de instrução, de treinamento e de recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas;

[...]

III – Assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, p.28)

Cursei o Ensino Médio na Escola Estadual Aristófanes Fernandes, localizada em Santana do Matos/RN. Nesse período, me dediquei ao preparo para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Para tanto, além da carga horária dos componentes curriculares obrigatórios, participei de aulas de reforço e grupos de estudos. Em 2015, no meu último ano do ensino médio, fiz a prova do ENEM. No ano

seguinte, após a divulgação do resultado oficial do Exame, submeti minha nota no Sistema de Seleção Unificada (SISU) concorrendo a uma vaga no Bacharelado em Ciência e Tecnologia e Licenciatura em Computação e informática. Desde a seleção dos cursos, fiquei ansiosa esperando o resultado. Após alguns dias saiu e não foi o que esperava: não havia passado na primeira chamada.

A negativa de oportunidade de ingresso no ensino superior público não me fez desistir e logo me inscrevi em um curso preparatório para o ENEM, na cidade de Assu. Mas, em meado desse ano de 2016 fui surpreendida com uma notícia de que havia sido selecionada para o Curso de Licenciatura em Computação e Informática da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), campus Angicos.

4 VIDA ACADÊMICA

4.1 O curso de Licenciatura e Informática: trajetória

O ingresso no Curso de Licenciatura em Computação e Informática da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), campus Angicos, marcou o início na minha trajetória no ensino superior. Esse novo contexto deixou a mim e aos meus pais muito felizes e ao mesmo tempo apreensivos, tendo em vista que eu adentraria em um novo espaço formativo que me apresentaria novos desafios metodológicos e estruturais. Ainda assim, tínhamos que eu sofresse algum tipo de preconceito por parte da comunidade acadêmica, o que certamente dificultaria meu processo de adaptação na instituição.

Além disso, eu tinha consciência que nessa nova trajetória formativa eu não teria mais ao meu lado os amigos que me acompanharam e auxiliaram nos anos escolares anteriores. Desde o ensino infantil até o final do Ensino Médio, contei com o auxílio de colegas de classe e professores, sempre orientando no processo de ensino e aprendizagem. Mesmo temerosa e insegura, iniciei minhas atividades como aluna do curso de licenciatura.

Ao chegar à universidade, percebi que realmente viveria experiências diferentes daquelas vividas no Ensino Básico, tendo em vista que esse espaço formativo requer do aluno mais autonomia e se propõe desafiador. O fato de ainda não conhecer o espaço físico e as pessoas com as quais eu iria conviver, sobretudo de como seria minha adaptação com a metodologia do ensino superior, ainda me mantinham apreensiva. E, como imaginava, os primeiros obstáculos logo se apresentaram.

Não imaginava que numa universidade, onde os profissionais têm ampla qualificação e em tese deveriam estar preparados para receber o diferente, pudesse haver profissionais que ainda tivessem atitudes preconceituosas em relação às pessoas com deficiência. Enquanto reconhecia meu engano, as mesmas dificuldades que enfrentei durante o ensino básico em relação a algumas atitudes preconceituosas, foram surgindo. Deparei-me nesse primeiro período do curso, ao chegar à primeira aula de uma disciplina, com comentários preconceituosos de uma profissional da instituição sobre minha capacidade de adentrar num ambiente universitário. Vivenciar essa realidade reafirmou minha compreensão do compromisso das universidades

públicas para efetivação da inclusão, especialmente no que diz respeito à capacitação dos profissionais para o atendimento aos alunos com deficiência, o que revela

[...] a dimensão do compromisso das IES, que não se restringe a dar condições de acesso e permanência ao aluno com deficiência, mas que também deve preocupar-se com a preparação de profissionais que atuarão em uma sociedade inclusiva. Sendo assim, rompem-se paradigmas relacionados às pessoas com deficiência, pois o conhecimento possibilita o respeito à diversidade, desfazendo preconceitos. (GARCIA; BACARIN; LEONARDO, 2018, p. 35).

Todavia, mesmo com esse episódio desanimador mantive meu foco e a convicção de lutar pelo meu direito de permanência neste espaço universitário. Compreendi ainda que talvez a atitude daquela profissional refletisse mais uma fragilidade do ambiente universitário, pois tive a impressão que a referida profissional foi surpreendida ao me ver, pois demonstrava não saber da presença de uma aluna com paralisia cerebral na instituição.

Nesse primeiro período tive um pouco de dificuldade, natural para uma estudante recém-saída do ensino público. Todavia, uma das maiores fragilidades não estava em mim, mas no cotidiano da instituição. Inicialmente presenciei a falta de preparo estrutural ou mesmo de recursos metodológicos adequados para pessoas com deficiência, visando proporcionar meios que facilitassem meu processo de aprendizagem.

Esse contexto reflete a realidade de que as universidades – especialmente os campus de interior – ainda precisam percorrer um longo caminho para atender aos princípios da inclusão de pessoas com deficiência. Para que essas universidades sejam configuradas como espaços educacionais inclusivos, preocupados não apenas em garantir o acesso, mas, sobretudo garantir a permanência e formação do discente com necessidades educacionais especiais, é necessário um conjunto de ações integradas, preparando para

[...] atender da melhor maneira possível as necessidades específicas de cada indivíduo, eliminando, ao longo do processo, barreiras de toda ordem (estrutural, atitudinal, pedagógica) e proporcionando com isso a extinção de preconceitos e concepções segregadoras e excludentes, que, muitas vezes ocultas, parecem nem existir. (VIANA, 2010, p.100).

E mais, esse contexto revela ainda importância de discutir sobre a problemática do preparo estrutural e metodológico das IFES, para possibilitar uma

inclusão alicerçada no respeito à pessoa com deficiência e, sobretudo, num ensino que promova oportunidades sociais e profissionais diversas, uma vez que

[...] para que uma instituição de ensino seja considerada como inclusiva é preciso mais do que a eliminação de barreiras arquitetônicas, a concepção de inclusão precisa envolver o respeito pelas diferenças e pela diversidade, incluindo mudanças de postura profissional e consequentemente de toda comunidade local (colaboradores, corpo docente e discente). Independente da natureza da instituição: pública ou privada, as oportunidades precisam existir, bem como adaptações, reformas, construções, aquisições e disponibilização de tecnologia e recursos pedagógicos a fim de oferecer condições para o acesso e permanência do aluno na universidade. (WELLICHAN; SOUZA, 2017, p. 150).

No entanto, a trajetória de inclusão das pessoas com deficiência também nos revela surpresas de mudanças de comportamento de pessoas que em alguns momentos possam ter tido atitude preconceituosa. E foi então que recebi apoio e orientação de onde menos esperava: da mesma profissional da instituição que antes havia demonstrado atitude preconceituosa em relação a minha permanência no ambiente acadêmico. A solicitação de um bolsista de apoio me acompanhasse em alguns momentos em salas de aulas foi feita por essa mesma profissional. Enquanto não saia o resultado da solicitação, os colegas me ajudavam da maneira que era possível. Quando não era possível, me sentia prejudicada, pois existiram momentos nos quais eu necessitava pegar o conteúdo depois ou mesmo ficar sem ele.

Embora esse momento inicial na universidade tenha me apresentado obstáculos, entre eles a reprovação em duas disciplinas, desafiei-me mais uma vez para dar continuidade ao meu projeto de formação educacional, agora em nível superior.

Certamente, os obstáculos e desafios por mim enfrentados são os mesmos que fazem parte das vivências de muitos alunos com deficiência que ingressam no ensino público de nível superior. Nesse primeiro período fui para quarta avaliação em todas as disciplinas e fiquei reprovada em duas. Não desanimei. Mesmo com todas as dificuldades, fui me adaptando aos poucos e as reprovações para mim foram motivo de aprender ainda mais.

Apesar da reprovação, esse primeiro período se revelou um momento de muito aprendizado, especialmente sobre metodologia de ensino, pois na ocasião, o professor da disciplina de Introdução à Computação e Sistemas de Informação, apresentou uma maneira de avaliação diferente das que eu havia vivenciado até então, fazendo avaliações orais que nos permitiram não apenas elaborar nosso

conhecimento dentro da estrutura textual da oralidade, bem como adquirir desenvoltura para falar em público, habilidade necessária para a vida profissional do futuro licenciado em computação e informática. Além disso aquele momento avaliativo contribuiu para que houvesse maior interação com a turma e nos ajudou a pensar em estratégias de avaliações para o exercício da docência. Sobretudo nos possibilitou vivenciar a experimentação da avaliação reflexiva, que permite autoavaliação do aluno e do professor. Segundo Cruz (2013, p. 128) a avaliação reflexiva

[...] é um dos caminhos favoráveis para a melhoria do ensino superior, focar no conhecimento adquirido, refletir sobre pesquisas, atualidade, autores e o próprio aluno possui uma visão crítica com embasamento acerca das questões e notícias que os cercam. Esse desenvolvimento nas universidades dar-se-ia através de avaliações reflexivas, sejam através de seminários, debates, ensaios teóricos, artigos, resenhas, provas escrita e oral, mas desde que sejam na medida de promover a reflexão e conhecimento com aprendizado contínuo.

No segundo período cursei quatro componentes curriculares da grade proposta e os outros dois nos quais tinha reprovado no período anterior. E um desses componentes que estava repetindo devido a reprovação, tive que colocar a tarde o que demandou a necessidade de ficar em Angicos/RN duas vezes por semana, não podendo retornar para a cidade onde resido, após as aulas noturnas. Essa necessidade de certo modo me deixou apreensiva, tendo em vista que antes eu só necessitava ficar em Angicos em situações esporádicas, como nos dias de aplicação das minhas avaliações, que aconteciam em horários especiais, geralmente no contraturno. Essa necessidade se dava em virtude da minha demanda por mais tempo hábil para realizar minhas avaliações, pois minha limitação de escrever à mão requeria que eu ditasse as respostas para serem transcritas pela bolsista de apoio.

Na nova rotina do segundo período, entretanto, não dava para ficar na casa do meu tio cotidianamente. Surgiu então o convite que eu nem imaginava, de uma aluna veterana com quem tive meu primeiro contato durante a aula inaugural. Ela me convidou para ficar em sua casa durante aquele período, onde fui muito bem acolhida. E foi nesse semestre eu tive o primeiro contato com minha orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso ao cursar mais uma vez a disciplina de Análise e Expressão Textual.

Nesse mesmo período, mais uma vez vivenciei a experiência da reprovação na disciplina de Algoritmo e Programação II que, devido sua dimensão teórica,

complexificou meu aprendizado, dada minha inabilidade em lidar com os novos assuntos e problemas postos. Embora essa reprovação, num primeiro momento, tenha me deixado triste, me possibilitou perceber, no semestre seguinte, que foi favorável ao meu aprendizado, tendo em vista que me possibilitou entender e aprender aqueles assuntos antes desconhecidos. Além disso, me permitiu vivenciar uma metodologia de ensino diferente daquela já vivenciada na primeira vez que cursei o componente curricular, pois o professor desenvolveu a disciplina fazendo a junção teoria e prática, a partir de aulas teóricas em sala de aula e aulas práticas no laboratório de informática.

Com essa nova metodologia, consegui êxito nesse componente curricular e avancei satisfatoriamente na próxima disciplina de Algoritmo e Programação, pois compreendi melhor sobre a parte abstrata dos computadores.

Ao longo do curso algumas disciplinas das Ciências Humanas foram muito importantes para eu definir o perfil da área de atuação no meu exercício profissional futuro. A exemplo, elenco a disciplina de História da Educação, através da qual pude desenvolver um olhar atento em relação aos avanços das tecnologias. Soma-se a esta, as disciplinas de práticas de ensino, imprescindíveis para minha identificação com o curso e para a definição do meu perfil profissional. Foi através dessas experiências curriculares que alicercei meu desejo de atuar profissionalmente com a informática na educação inclusiva uma vez que

A inclusão digital nos dá a possibilidade de comunicar a concepção que temos das coisas, através de procedimentos como compartilhar informações e encontrar informações úteis para própria pessoa com deficiência e sua família. A inclusão digital é mais importante para as pessoas com deficiência do que para as demais. Porém, o acesso não deve estar limitado somente à rede de informações, mas deve incluir a eliminação de barreiras arquitetônicas, equipamentos e programas adequados, além da apresentação de conteúdos em formatos alternativos que permitam a compreensão por pessoas com deficiência. (SANTOS; SOUZA, 2011, p.79).

No quarto período enfrentei mais um desafio da reprovação na disciplina de Fundamentos de Banco de Dados. Mesmo decepcionada, percebi que essa nova experiência vinha somar ao meu aprendizado e formação, pois ao cursar novamente a disciplina no quinto período tive um bom desempenho e aprendi tudo o que não havia conseguido anteriormente.

O curso de Licenciatura nos possibilita ricas experiências formativas através dos Estágios Supervisionados I e II, momento nos quais podemos delinear nossa

prática profissional. As experiências vivenciadas nesses estágios me permitiram entender melhor meu perfil profissional, permitindo a integração da aprendizagem teórica com o contexto profissional, tendo em vista que a experiência prática vivenciada ao longo dos estágios nos permite aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos nos componentes curriculares e adquirir experiências práticas que irão enriquecer e sedimentar as competências necessárias ao desempenho satisfatório requerido no exercício da nossa profissão.

Um dos momentos formativos importantes durante o curso de Licenciatura em Computação e Informática é a escrita do Trabalho de Conclusão de Curso que deve ter início no sétimo período, no componente curricular Estágio Supervisionado III, destinado à construção e orientação da construção do Projeto de Trabalho de Conclusão do Curso e à metodologia da sistematização escrita da experiência de formação docente.

Devido as minhas limitações motoras com prática da escrita – conforme anteriormente relatado, antecipei para o sexto período esse início. E, em momentos iniciais da orientação, juntamente com minha orientadora, definimos o objeto de estudo que partiria das minhas memórias educacionais enquanto aluna com deficiência, o que permitiria evidenciar a inclusão escolar e universitária pela perspectiva de um aluno com deficiência. Compreendemos, naquele momento, que essa narrativa autobiográfica permitiria aprofundar o conhecimento sobre o processo de inclusão de uma estudante com deficiência num curso de graduação em um campus de interior e, sobretudo, permitiria compreender como as experiências, fatos e acontecimentos contribuíram para a formação desse sujeito/narrador de si.

4.2 Os saberes acadêmicos em perspectiva

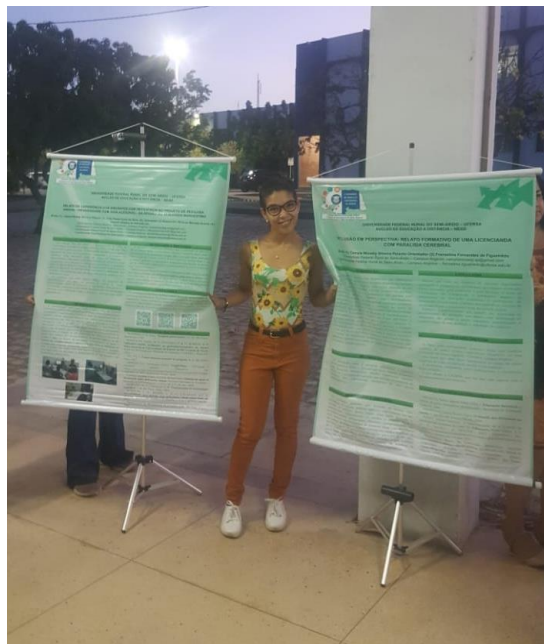
O curso de Licenciatura em computação e informática possibilitou minha inserção no campo da pesquisa que resultou na apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos realizados no ano de 2019, em Angicos-RN, Mossoró-RN e Maceió-AL, respectivamente, “I Encontro Encontro de Robótica Educacional do RN, “II Encontro das Licenciaturas EaD UFRSA e I Congresso de Licenciaturas do Oeste Potiguar” e “III ERELIC Encontro Regional das Licenciaturas do Nordeste”. As imagens a seguir são registros feitos nesses durante a apresentação dos trabalhos nesses eventos.

Figura 1: I Encontro Encontro de Robótica Educacional do RN



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 2: II Encontro das Licenciaturas EaD UFERSA e I Congresso de Licenciaturas do Oeste Potiguar



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 3: III ERELIC Encontro Regional das Licenciaturas do Nordeste



Fonte: Arquivo pessoal

Além dos trabalhos apresentados nesses eventos, participo do projeto de pesquisa UNIGUIA/UFERSA: Universidade com Guia Acessível (2019-2021), coordenado pelos professores Alessandra Soares e Samuel Azevedo. Este projeto tem o objetivo de elaborar um programa de acessibilidade que possa ser replicado no interior de outras universidades através de dispositivos de acessibilidade para permitir a locomoção autônoma e segura dentro do campus. O foco inicial são as pessoas com deficiência visual e o desenvolvimento de protótipos para estes dispositivos.

Figura 4: Logomarca do projeto UNIGUIA



Fonte: Projeto UNIGUIA

O desejo de desenvolver esse projeto de pesquisa nasceu da minha luta diária pela inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais nos espaços de sociabilidade e nas instituições educacionais. E em virtude da experiência desafiadora que tive ao chegar no campus da UFERSA Angicos, passei a ter mais interesse de lutar pela acessibilidade nesse espaço universitário. Nos meus primeiros dias como aluna no Campus tive muita dificuldade em encontrar os lugares nos quais eu poderia receber orientações, ou mesmo participar das atividades realizadas.

Assim sendo, no ano de 2017, quando o Campus de Angicos iniciou as atividades com a primeira turma de licenciatura em Pedagogia, registramos o ingresso de mais um aluno com deficiência, no caso visual (cegueira total). E como não poderia ser diferente, esse aluno passou pelas mesmas dificuldades que enfrentei ao chegar no Campus. Esta realidade me levou a refletir sobre as dificuldades de acessibilidade do Campus e, à medida que cursava as disciplinas de programação, percebi que elas poderiam me ajudar num projeto de pesquisa que viabilizasse essa acessibilidade.

E foi então que no período de 2018.1 resolvi desenvolver um projeto que ajudasse a acessibilidade na UFERSA. Sendo assim procurei a professora Alessandra Miranda Mendes Soares da área da inclusão e conversei com ela sobre a minha ideia de desenvolver um aplicativo que desse ao aluno do curso de Pedagogia João Paulo (com deficiência visual) mais independência em sua locomoção dentro do Campus.

Após a conversa com a professora Alessandra Soares ela disponibilizou alguns textos e documentos para leitura e apropriação da temática da inclusão e de acessibilidade para as pessoas com deficiência. Neste momento ela sugeriu convidar um professor de computação para nos auxiliar e decidimos convidar o professor Samuel Oliveira de Azevedo. Passamos então a nos reunir uma vez por semana para discutir as etapas do projeto e, após muitos estudos, começamos a colocar o nosso projeto em prática.

No dia 27 de fevereiro no período de 2019.1 eu, juntamente com os professores Samuel e Alessandra fizemos a nossa primeira experiência prática (uma oficina de campo) para o desenvolvimento do nosso projeto. Nessa oficina buscamos conhecer mais sobre o Google Maps e o Easy, os quais foram ativados no celular do professor Samuel para percorrermos o Campus. Tendo a visão prática do Google Maps e do Easy, chegamos à conclusão que esses aplicativos não seriam adequados para auxiliar as pessoas com deficiência visual.

Após essa experiência decidimos usar o QR code no celular para que o aluno João Paulo pudesse andar pelo o campus sem necessitar tanto da bolsista. O QR code é um código de barras que consiste em um gráfico 2D (que usa as dimensões vertical e horizontal) e pode que pode ser lido pelas câmeras da maioria dos celulares.

Após decidirmos utilizar o QR code, os professores pediram para eu fazer um questionário para o aluno no intuito de ter uma base do nível das dificuldades dele na UFERSA. Depois da análise das respostas do questionário foram elaborados os QR code (pelo bolsista do projeto) a partir das informações que consegui através da entrevista. Em seguida chamamos o aluno João Paulo participar de mais uma oficina prática e percorrer, juntamente conosco, os espaços físicos do campus, para decidirmos quais seriam os locais adequados para colocar os QR code.

Figura 5: Oficina de campo para localização dos locais de instalação dos QR code



Fonte: Arquivo pessoal

No dia 21/03 nos reunimos e pudemos perceber qual a melhor maneira e em qual local seria apropriado colocar os QRs code. O aluno João Paulo também deu sugestões para o projeto, o que enriqueceu a proposta. Neste dia também discutimos sobre o nome que iria ser dado ao projeto e por fim em meio de muitas discussões e sugestões decidimos nominá-lo de “UniGuia”, alusivo ao fato do projeto unir os termos universidade e guia ao mesmo tempo.

Figura 6: Reunião com os membros do projeto UNIGUIA



Fonte: Arquivo pessoal

Após o recesso da semana santa voltamos a nos reunir no dia 22/05 para definir a questão da acessibilidade do aluno João Paulo, momento no qual realizamos uma pesquisa dos sinos dos ventos (marcadores através de localizadores sonoros para indicar a localização dos QR code). Ao final da reunião os professores decidiram convidar o aluno juntamente com o bolsista para fazer a gravações das vozes. Na outra semana no dia 29/05 falamos de maneiras mais fáceis com que pudéssemos conseguir colocar os QR code nos espaços da universidade. Tivemos a ideia de confeccionar os sinos dos ventos com materiais reciclados e ficamos de trazer na próxima reunião o que conseguíssemos.

No dia 11/06 nos reunimos para começar a colocar o nosso projeto em prática, levamos os materiais que tínhamos combinado na reunião anterior. Nesse dia meus pais foram juntamente comigo para me deixar na universidade e ao chegar lá eles deram todo o apoio necessário, com o que levamos foi feito o primeiro sino dos ventos.

Figura 7: Reunião para construção do primeiro sino dos ventos



Fonte: Arquivo pessoal

Após a preparação para a construção dos sinos dos ventos combinamos de fazer alguns desses sinos em casa. Na mesma semana eu, juntamente com meus pais, passamos a trabalhar para dar andamento à construção dos mesmos. Construídos os sinos dos ventos fui para mais uma oficina de campo com o aluno João Paulo para testarmos a aplicabilidade desses sinos.

Figura 8: Oficina de campo para teste dos sinos dos ventos



Fonte: Arquivo pessoal

Após essas fazes levamos todas as informações possíveis para o bolsista para que ele pudesse começar o desenvolvimento do aplicativo.

Este projeto, ainda em andamento, nos mostra que é muito importante contribuir para que os espaços físicos sejam mais acessíveis para todos, principalmente para quem apresenta algum tipo de deficiência. No caso do aluno com deficiência visual (cegueira total), acreditamos que esse projeto contribuirá para que o mesmo tenha mais autonomia na sua locomoção pelo campus e, sobretudo, que facilite suas atividades pedagógicas, tendo em vista que ele acessará com mais facilidade espaços físicos como a biblioteca, as salas de aula, auditórios e salas dos professores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de Conclusão de curso foi desafiador pois, enveredar por uma narrativa autobiográfica do meu processo de inclusão escolar e universitária é, de certa forma, um ato de tensões e conflitos. Mas me sinto gratificada, pois compreendo que contribuí para uma reflexão em torno da inclusão de pessoas com deficiência em espaços educativos e, sobretudo, iniciei a escrita da história da educação inclusiva no Campus UFRSA/Angicos.

O grande desafio perpassa pelo ato de contar como é lidar com a paralisia cerebral e de como as limitações impostas por essa deficiência nos torna forte para superar obstáculos e preconceitos e lutar por direitos que são negados apenas pelo fato de muitos não nos aceitarem da maneira como somos. Poderia citar inúmeros exemplos ao longo da minha trajetória de inclusão social e educacional, alguns deles já relatados nessa narrativa em conclusão. Posso afirmar que ao longo dos meus 23 anos de existência tive que aprender com a minha companheira diária – a paralisia cerebral – a superar muitos obstáculos, a derrubar estigmas e preconceitos, a me desafiar cotidianamente para chegar até aqui.

A escola e a universidade foram os melhores ambientes de superação, pois foi onde me desenvolvi intelectualmente e profissionalmente. Na escola, que tinha como parceira as sessões de fisioterapia, eu aprendi a pegar nos objetos, a dar os primeiros passos entre outras aprendizagens. Mas um dos maiores aprendizados foi de lidar com o preconceito que parecia ser um inimigo que surgia quando eu menos esperava.

O preconceito surgia de todas as formas, mas mesmo assim não me deixei abater e sempre procurei mostrar que a fragilidade de uma pessoa com Paralisia Cerebral está naquilo que as pessoas impõem, especialmente por não compreender essa deficiência. Meus pais foram meus maiores parceiros nessa história de luta contra o preconceito, pois ao me apoiarem e me acompanharem, me deram forças para superar os obstáculos e conquistar o espaço que ocupo hoje enquanto aluna universitária e futura licenciada.

Sempre busquei viver uma vida seguindo a rotina comum a todos e tem vezes que até me esqueço que tenho uma companheira inseparável. Só me lembro quando tenho dificuldade de fazer algo que outra pessoa faria com mais facilidade. Embora isso não me faça desistir da minha constante busca pela superação.

A minha história pode ser exemplo para a superação de outras pessoas com deficiência, pois mesmo com algumas limitações físicas e motoras, não me privei de participar de atividades escolares diversas e processos seletivos em instituições. E isso possibilitou o ingresso numa instituição pública de ensino superior.

O Curso de Licenciatura em Computação e Informática me proporcionou uma formação teórica e prática para a produção de conhecimentos capazes de favorecer percursos de aprendizagem no campo de entrelaçamento da informática com a educação. Sobretudo me permitiu traçar um perfil profissional que pretende atuar no mercado de trabalho usando a tecnologia a favor do processo de inclusão, criando aplicativos ou utilizando as tecnologias assistivas como ferramentas no processo de inclusão na educação ou mesmo dando treinamentos de como utilizar a tecnologia no processo de inclusão e ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fabio (Org.). **Educação Inclusiva: a escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2006.

BASIL, Carmen. Os alunos com paralisia cerebral e outras alterações motoras. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BRASIL. Decreto nº 3956, de 08 de outubro de 2001. **Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência**. Brasília, 2001.

_____. **Diretrizes de atenção à pessoa com paralisia cerebral**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

_____. MEC/SEESP. **Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica**. Brasília. MEC, 2001.

_____. Estatuto nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Estatuto da Pessoa Com Deficiência**. Brasília, DF: Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal, 2015. Disponível em: <

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf>>.

Acesso em: 11 dez. 2019.

_____. Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em:< <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2019.

_____. Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 29 maio 2019.

_____. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006**. Dispõe sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm>. Acesso em: 23 out. 2019.

CABRAL, Dilma. **Instituto dos Surdos Mudos**. 2015. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/365-instituto-dos-surdos-mudos>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

CRUZ, José Anderson Santos. Ensino Superior: as avaliações como forma de reflexão no aprendizado. **Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade**: Goiânia, v. 04, n.1, 2013.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2019

DICHER, Marilu; TREVISAM, Elisaide. A jornada histórica da pessoa com deficiência: inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana. In: XXIII CONPEDI, 2014, João Pessoa. **Anais**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 254-276.

FERREIRA, Maria Aparecida Rosa. **Alfabetização de alunos com paralisia cerebral no ensino regular de Ipatinga-MG**: um estudo de caso. 2011. 71f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão escolar) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FERREIRA, Maria de Fátima Matos; VICENTI, Terezinha. O processo de Inclusão do aluno deficiente no ensino regular pública na última década no Brasil. 2017. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Maria-de-Fatima-Matos-Ferreira.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2019

GARCIA, Raquel Araújo Bonfim; BACARIN, Ana Paula Siltrão; BACARIN, Nilza Sanches Tessaro. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, Número Especial, p. 33-40, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v22nspe/2175-3539-pee-22-spe-33.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2019.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. Tradução José Claudino e Julia Ferreira. 2.ed. rev. e ampl. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

LEONART, Ana Paula de Souza. A Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho. **Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v. 2, n. 2, p.1-60, dez. 2007. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/187/179>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

MACHADO, R. Educação inclusiva: revisar e refazer a cultura escolar. In: MANTOAN, Maria T. Eglér. **O desafio das diferenças na escola**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. p. 69-76.

MANTOAN, Maria T. Eglér. **Caminhos Pedagógicos da Inclusão**: como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras. São Paulo: Memnon, 2001.

MINAS GERAIS. Flávia Vieira de Resende. Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania. **Direitos Humanos e Cidadania: Proteção, Promoção e Restauração dos Direitos das Pessoas com Deficiência**. Belo Horizonte: Marginália Comunicação, 2016. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.mg.gov.br/sites/default/files/documentos/geral/livro_10_pessoas_com_deficiencia.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MILLOT, Catherine. **Freud antipedagogo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

NUNES, Sylvia da Silveira; SAIA, Ana Lucia; TAVARES, Rosana Elizete. Educação Inclusiva: entre a história, os preconceitos, a escola e a família. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 4. Disponível em: <scielo.br/pdf/pcp/v35n4/1982-3703-pcp-35-4-1106.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2019.

OLIVEIRA, Lilia Candella de. **Viabilidade e participação política**: um estudo no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência em Niterói. 2010. 178f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ONU. Declaração nº 48/96, de 10 de junho de 1994. **Declaração de Salamanca:** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, 1994.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Injunção institucional e sedução autobiográfica: as faces autopoética e avaliativa dos memoriais. In: BARBOSA, Tatyana Mabel Nobre; PASSEGGI, Maria da Conceição (Org.). **Memorial acadêmico:** gênero, injunção institucional, sedução autobiográfica. Natal: EDUFRRN, 2011. (Coleção pesquisa (auto)biográfica & Educação; Série Escritas de Si).

_____. Memoriais: injunção institucional e sedução autobiográfica. In: PASSEGGI, Maria da Conceição; SOUZA, Eliseu Clementino. (Org.). **(Auto)Biografia:** formação, territórios e saberes. São Paulo: Paulus, 2008. p. 103-132.

SANTOS, Ligia Pereira dos. SOUZA, Robson Pequeno. Novas tecnologias e pessoas com deficiências: a informática na construção da sociedade inclusiva?. In: SOUSA, Robson Pequeno, MOITA, Filomena M. C. da. S.C., CARVALHO, Ana Beatriz Gomes (Org.). **Tecnologias digitais na educação.** Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 75-103.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSH, Rita de Cássia R. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:** recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. (v.6).

SILVA, Otto Marques da. **A Epopeia Ignorada:** a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1986.

SOUZA, Glória Maria Anselmo de; ARAÚJO, Gisele Coelho de Oliveira; SILVA, Waldeck Carneiro da. Vinte Anos da Lei n.º 9.394/96, o que mudou?: Políticas educacionais em busca de democracia. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p.147-160, jun. 2017. Disponível em: <retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/696/pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019.

VIANA, Márcia Rafaella Graciliano dos Santos. **O processo de inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior de Maceió.** 2010. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

WELLICHAN, Danielle S. Pinheiro; SOUZA, Camila da Silva. A inclusão na prática: alunos com deficiência no Ensino Superior. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v.21, n.1, p. 146-166, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/97866596>>. Acesso em: 16 jan. 2020.